



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

SALVADOR/BA

MARÇO/2011



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos Órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno.

Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Bahia

Salvador, 03/2011



SUMÁRIO

Listras de Quadros	04
Siglas e Abreviaturas	06
Declaração de cumprimento das obrigações previstas na Lei n.º 8.730/93	07
Introdução	08
Identificação da UJ	10
Responsabilidades Institucionais da UJ	11
Competência Institucional	11
Estratégias de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais	12
Programas de Governo Sob a Responsabilidade da UJ	13
Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	14
Execução Física das Ações Realizadas pela UJ	18
Desempenho Orçamentário/Financeiro	18
Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	19
Execução Orçamentária da Despesa	20
Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	20
Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	21
Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	22
Análise Crítica	23
Indicadores Institucionais	23
Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	24
Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	24
Análise Crítica	24
Composição do Quadro de Recursos Humanos	25



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária	26
Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade	26
Composição do Quadro de Servidores Inativos	27
Composição do Quadro de Instituidores de Pensão	27
Composição do Quadro de Estagiários	27
Quadro de Custos de Recursos Humanos	28
Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	29
Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	30
Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	31
Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	32
Estruturas de Controles Internos da UJ	33
Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	34
Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	36
Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	36
Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	36
Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	37
Gestão de Tecnologia da Informação	38
Gestão de Ti da UJ	38
Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	39
Declaração do Contador Com Ressalva	41
Acórdão TCU N.º - 1434/2010-TCU 2ª CÂMARA	42



LISTAS DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	10
Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	14
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	19
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos Recebidos por Movimentação	28
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos Recebidos por Movimentação	21
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos o Recebidos por Movimentação	22
Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	24
Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010	33
Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010	34
Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010	34
Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010	27
Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010	35
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários	27
Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	29
Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	30
Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	31
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	34
Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	36
Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	36



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	37
Quadro A.12.1 – Gestão de TI da UJ	38
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	39
Quadro B.1.2 - Declaração do Contador com Ressalva	41



SIGLAS E ABREVIATURAS

CGU	Controladoria-Geral da União
DN	Decisão Normativa
DPF	Departamento de Polícia Federal
IN	Instrução Normativa
IPL	Inquérito Policial
LOA	Lei Orçamentária Anual
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
Port.	Portaria
PPA	Plano Plurianual
SR	Superintendência Regional
RG	Relatório de Gestão
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGLAN	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
TCU	Tribunal de Contas da União
UG	Unidade Gestora
UO	Unidade Orçamentária
UJ	Unidade Jurisdicionada



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Declaração de Cumprimento das Obrigações Previstas na Lei 8.730/93



MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA
SETOR DE RECURSOS HUMANOS



DECLARAÇÃO

O SETOR DE RECURSOS HUMANOS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DA BAHIA, declara em cumprimento as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/93 que os servidores responsáveis pelas unidades constantes no rol de responsáveis da Unidade Gestora nº 200033, estão em dia com a apresentação da Declaração de Bens e Rendas relativas ao exercício de 2010, ano base 2009.

Salvador, 09 de junho de 2011..

Vailton Alves da Silva
Chefe do Setor de Recursos Humanos
SR/DPP/BA

CGC 00394494/0022-60
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SR/DPP/BA
AV. OSCAR PONTES, 338 - ÁGUA DE MENCIOS
SAZ VÁZIO/BA
CEP: 40.460-130



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Relatório de Gestão de 2010

Introdução

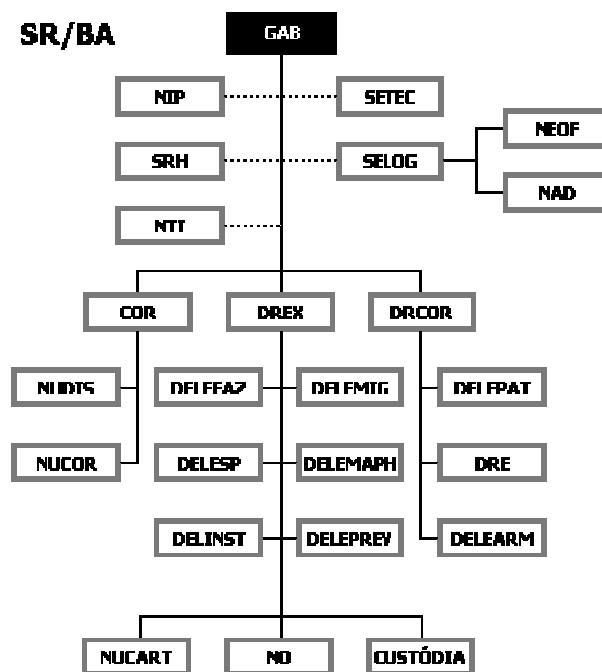
O Relatório de Gestão tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Bahia no exercício de 2010, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma seqüencial segundo os itens relacionados no Anexo III, DN TCU nº 107/2010.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos, pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores, custos de recursos humanos, transferências de recursos, convênios e contratos de repasse, estrutura de controle interno, renúncia tributária, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias, composição acionária do capital social e investimentos permanentes em outras sociedades, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG, pois, não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado da Bahia está estruturada em cinco (05) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência e por quatro (04) Delegacias de Polícia Federal localizadas no interior do Estado, nos municípios de Ilhéus, Juazeiro, Porto Seguro e Vitória da Conquista.

A sede da Superintendência Regional na Bahia apresenta a seguinte estrutura:



Delegacias e Núcleos subordinados a Delegacia Regional Executiva – DREX:

- Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ;
- Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG;
- Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP;
- Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH;
- Delegacia de Defesa Institucional – DELINST;
- Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV;
- Núcleo de Operações – NO;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Relatório de Gestão de 2010

- Núcleo de Cartório – NUCART;
- Núcleo de Custódia – NC.

Delegacias subordinadas a Delegacia Regional de Combate ao crime Organizado - DRCOR:

- Delegacia de Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE;
- Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio - DELEPAT;
- Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM.

Núcleos subordinados a Corregedoria Regional de Polícia – COR

- Núcleo de Disciplina – NUDIS;
- Núcleo de Correições - NUCOR

Além das delegacias e núcleos acima citados, esta Superintendência Regional conta com setores e núcleos diretamente subordinados ao Gabinete:

- a) Setor de Administração e Logística Policial, que possui na sua estrutura o Núcleo Administrativo e o de Orçamento e Finanças;
- b) Setor Técnico Científico;
- c) Núcleo de Tecnologia da Informação;
- d) Setor de Recursos Humanos;
- e) Núcleo de Inteligência Policial;

A Bahia é o primeiro estado mais populoso do Nordeste e quarto do país. Contamos com 417 (quatrocentos e dezessete) municípios e uma área com extensão de aproximadamente 570.000 Km² (quinhentos e setenta mil quilômetros quadrados), além de uma população 13.633.969 (treze milhões seiscentos e trinta e três mil novecentos e sessenta e nove) habitantes, conforme censo de 2010. Possui limite territorial com os estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Piauí, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo.

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal, o Inquérito Policial é o seu produto final, ele reflete tanto as ações pró-ativas (operações policiais que resultam em flagrantes), quanto as ações reativas (inquéritos instaurados por portaria em razão de recebimento de denúncia).

No ano de 2010, a SR/BA realizou diversas operações policiais, tanto na área de polícia administrativa, nas fiscalizações a comércio de produtos químicos, segurança privada e migração, quanto na área de polícia judiciária, instruindo inquéritos e deflagrando operações de inteligência com realizações de diversas prisões, buscas e apreensões.

Com relação ao volume de inquéritos relatados, instaurados e em andamento, houve uma melhora significativa no desempenho da UJ e suas unidades operacionais nos municípios de Ilhéus, Juazeiro, Porto Seguro e Vitória da Conquista. O número de inquéritos relatados aumentou em 75,62%, o de inquéritos instaurados aumentou em 14,43% e o número de inquéritos em andamento diminuiu em 8,51%, conforme quadro comparativo abaixo. Uma análise dos dados permite afirmar que a UJ melhorou significativamente o seu desempenho no exercício de 2010, pois, aumentou o número de inquéritos relatados, o que significa a possibilidade do Ministério Público poder oferecer denúncia e, em consequência, processar e punir os culpados pelo cometimento de crimes contra bens, interesses e serviços da União; aumentou o número de inquéritos instaurados, o que se traduz numa maior eficiência na repressão e apuração de responsabilidades pelo cometimento de crimes contra bens, interesses e serviços da União. E por fim, a redução no número de inquéritos em andamento permite afirmar que a UJ levou um tempo menor na instrução de inquéritos policiais.

Unidade	Movimentação de Inquéritos Policiais	2008	2009	2010	Varição 2009/2010
SR/DPF/BA E UNIDADES OPERACIONAIS	Relatados	1724	2305	4048	75,62%
	Instaurados	2620	3111	3560	14,43%
	Andamento	7778	7660	7008	(8,51)%



QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Bahia			
Denominação abreviada: SR/DPF/BA			
Código SIORG: 1141	Código LOA: 30108		Código SIAFI: 200033
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(071) 3319-6000	(071) 3319-6026	(071) 3319-6028
E-mail: gab.srba@dpf.gov.br			
Página na Internet: http://www.pf.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Engenheiro Oscar Pontes, 339, Água de Meninos, CEP 40.460-130, SALVADOR/BA			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criação: A Superintendência Regional do DPF na Bahia foi criada através do Decreto n.º 70.665, de 02 de junho de 1972, que alterou a estrutura do Departamento de Polícia Federal.			
Atribuições e Competências: - Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. - Portaria n.º 1.825, de 13 de outubro de 2006, DOU N.º 198, de 16/10/2006.			
FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto n.º 6.061, de 15.03.2007, DOU de 16/03/2007. - Portaria n.º 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno. - Instrução Normativa n.º 13/DG-DPF, de 15.06.2005.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200346	Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Bahia		
200347	Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Bahia		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200346		00001	
200347		00001	



2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

2.1.1 Competência Institucional

O Departamento de Polícia Federal criado pelo Decreto- Lei 6.378/44 é um órgão da administração direta do Governo Federal subordinado ao Ministério da Justiça.

A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias despesas, como unidades gestoras.

As atribuições da Polícia Federal estão definidas no Art. 144 da Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I ao IV, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o sistema financeiro nacional, contra a previdência social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, contra os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbacão ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência de Polícia Federal na Bahia exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição, com as atribuições de planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal; administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais; propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de competência do Departamento, subsidiando o planejamento das unidades centrais; executar operações integradas com as unidades centrais, relativas à repressão uniforme dos crimes de sua alçada; apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias; promover estudos e disponibilizar dados acerca das ações empreendidas; consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a embasar o processo de gestão das unidades centrais; adotar ações de controle e zelo pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2010

2.1.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

No ano de 2010 foram mantidos pela Direção-Geral os objetivos estratégicos da instituição instituídos em 2009:

- ✓ Melhoria da Gestão;
- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Inserção Internacional.

Toda a atuação da instituição Polícia Federal tem como objetivo o atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.” Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

A Superintendência Regional na Bahia, tendo em vista as diretrizes instituídas pela Direção-Geral, bem como a missão e a visão de futuro da instituição, no exercício de 2010 objetivou atuar no combate ao crime organizado, com ênfase na repressão ao crime organizado, buscando combater a lavagem de dinheiro obtido com atividades ilícitas para descapitalizar os grupos criminosos e no combate a corrupção e desvio de dinheiro público, visando a proteção do patrimônio público e o fortalecimento das instituições legalmente constituídas. Também foi objetivo da SR a continuidade na melhoria do atendimento ao público externo, adotando medidas de melhoras na emissão de passaportes, nos mecanismos de controle de produtos controlados como armas, munições, produtos químicos sujeitos a controle de uso, além de melhorias no setor de emissão de portes e registros de armas, na área de imigração com o atendimento aos estrangeiros que chegam ao país na condição de turista e dos estrangeiros radicados no país e na fiscalização das empresas prestadores de serviço de segurança privada.

Em razão da carência de recursos humanos na SR/BA, por vezes foi solicitado ao órgão central a disponibilização de servidores, e, em razão da não realização de concurso público, o pleito foi atendido parcialmente, com a remoção de escrivães de outras unidades para esta UJ. Por este motivo esta UJ manteve a estratégia adotada no exercício de 2009 para cumprimento das suas missões institucionais, tanto na área de polícia administrativa quanto na área de polícia judiciária, procurando utilizar os recursos materiais e humanos existentes na unidade da forma criteriosa, sempre buscando produzir os resultados pretendidos. Assim, houve uma distribuição do efetivo e dos recursos materiais disponíveis de acordo com as demandas de cada setor. Com o objetivo de alcançar melhores resultados na atividade finalística da PF, as ações de inteligência policial continuaram sendo priorizadas. Ao mesmo tempo, foi mantido o número mínimo de policiais nos diversos setores da SR de modo a permitir o seu funcionamento, ainda que com sua capacidade reduzida de atuação. Esta medida permitiu que a UJ ultrapassasse a meta estabelecida de aumento do número de inquéritos relatados.

Para minimizar a carência de servidores como maior obstáculo para o desenvolvimento das ações da unidade, utilizou-se a estratégia de recrutamento de policiais de outras descentralizadas para colaborar, por período certo de tempo, com as atividades desta unidade, ao mesmo tempo em que os órgãos centrais foram provocados para aqui lotar maior quantidade de servidores. No entanto, em razão do contingenciamento de recursos da ordem de 40 % (quarenta por cento) do orçamento destinado para fazer frente às despesas com diárias e passagens, não foi possível manter esta política de recrutamento de servidores policiais e administrativos de outras unidades, o que prejudicou o desempenho desta UJ.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2010

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade direta em suas atividades finalísticas no PPA 2008-2011 dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, capacitação de seus servidores, dentre outros.

Além dos programas finalísticos, o Departamento de Polícia Federal é responsável, também, pelo gerenciamento dos recursos destinados à área administrativa, que representa o maior percentual de recursos administrados pelas Superintendências Regionais. Estes recursos são empregados para manutenção das atividades de apoio, notadamente no pagamento de contratos de terceirização dos serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepção, custeio de aluguéis, além da aquisição de bens permanentes, material de consumo e suprimentos de informática.

A Superintendência Regional na Bahia, no exercício de 2010, recebeu recursos do Governo, através da Unidade Central, nos seguintes programas, gerenciados pelo Departamento de Polícia Federal:

- Prevenção e Repressão à Criminalidade (0662),
- Apoio Administrativo (0750),
- Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI (1453),
- Modernização da Polícia Federal (1353).

No Programa de Prevenção e Repressão à Criminalidade os recursos liberados foram empregados nas seguintes ações:

- Fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos (2679);
- Ações de caráter sigiloso na área de segurança pública (2720);
- Ações de prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União (2726);
- Ações de capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação (4572).



QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Tipo do Programa: Finalístico.						
Objetivo Geral: Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça						
Objetivos Específicos: Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União						
Gerente: Não informado				Responsável na UJ: José Maria Fonseca		
Público Alvo: Sociedade						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa 0662						Em R\$
						1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
335.271,33	4.272.460,12	3.833.237,87	3.833.237,87	0,00	3.833.237,87	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Inquérito Concluído	31/12/09	100	140	40%	75,62%
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de inquéritos concluídos em 2010, dividido pelo número de inquéritos concluídos em 2009.						
Análise do Resultado Alcançado						
A utilização dos recursos disponíveis de forma a otimizar e aperfeiçoar o desempenho da UJ permitiu superar o índice estabelecido para a taxa de conclusão de inquéritos policiais, que é o instrumento que melhor reflete a atuação da Polícia Federal.						

Fonte: SIAFI



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Administração da Unidade						
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.						
Gerente: Não informado			Responsável na UJ: José Maria Fonseca			
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa 0750					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa	Despesa	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada			
456.465,44	7.784.745,15	7.784.745,15	7.784.745,15		7.784.745,15	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Manutenção das unidades da UJ	31/12/2009	100	70	100	70
Fórmula de Cálculo do Índice						
Ações realizadas no exercício dividido por ações programadas para exercício.						
Análise do Resultado Alcançado						
Em razão do contingenciamento de recursos não foi possível a implementação de metas estabelecidas para o exercício, como por exemplo, a modernização do parque de informática, com a substituição de computadores antigos por outros mais modernos e eficientes, e aquisição de viaturas mais modernas para substituir as viaturas antigas que geram despesa com manutenção muito alta.						

Fonte: SIAFI



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1453		Denominação: Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social						
Objetivos Específicos: Campanha do desarmamento.						
Gerente: Não informado			Responsável na UJ: José Maria Fonseca			
Público Alvo: Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa 1453					Em R\$	
					1,00	
Dotação		Despesa	Despesa	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada			
5.000,00	64.816,59	64.816,59	64.816,59	0,00	64.816,59	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Armas arrecadadas	31/12/09	100	100		100
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de armas arrecadadas dividido pelo número de armas previstas para arrecadação.						
Análise do Resultado Alcançado						
Foram arrecadadas 234 armas no exercício de 2010. Por se tratar de uma ação voluntária do proprietário da arma de fogo não é possível fixar um número de armas a se arrecadar e, por este motivo, não tem como se estabelecer um índice de referência.						

Fonte: SIAFI/SINARM



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1353		Denominação: Modernização da Polícia Federal				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal.						
Objetivos Específicos: Reforma e modernização de unidades da Polícia Federal						
Gerente: Não informado			Responsável na UJ: José Maria Fonseca			
Público Alvo: Departamento de Polícia Federal						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa 0662					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	não processados		
0,00	50.960,00	50.960,00	0,00	50.960,00	0,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Reforma realizada	31/12/2009	100	0	100	0
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de reformas realizadas dividido pelo número de reformas previstas.						
Análise do Resultado Alcançado						
A UJ realizou licitação e contratou empresa para a realização de reforma em suas dependências. Como a contratação ocorreu no final do exercício de 2010 a obra continuou no exercício de 2011 e por este motivo a despesa não foi liquidada. Também não foi possível a realização da reforma estrutural do edifício sede da UJ e a reforma da Delegacia de Polícia Federal em Ilhéus/BA, em razão do contingenciamento de recursos.						

Fonte: SIAFI



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

A UJ não é UO, não tem UGO consolidada ou agregada e não realiza ações orçamentárias constantes na LOA.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Esta UJ não é UO e não tem UGO consolidada ou agregada.



QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	xxx	xxx	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	200019	30108.06.122.0662.2679	0,00	0,00	3.833.237,87
		200019	30108.06.122.0750.2000	0,00	0,00	7.327.817,14
Movimentação Externa	Concedidos	xxx	xxx	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	xxx	xxx	0,00	0,00	0,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx
	Recebidos	200019	30108.06.181.1353.8979	50.960,00	0,00	0,00
Movimentação Externa	Concedidos	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx
	Recebidos	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx

Fonte: SIAFI

Análise Crítica: Os recursos recebidos no exercício de 2010 foram insuficientes para o perfeito funcionamento da UJ. Em razão do contingenciamento orçamentário, muitas das ações previstas para o exercício de 2010 ficaram prejudicadas em razão da diminuição do ritmo da sua execução.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	3.864.150,34	3.306.287,71	3.864.150,34	3.238.601,64
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	88.873,54	0,00	88.873,54	0,00
Concorrência	297.887,16	297.887,16	297.887,16	297.887,16
Pregão	3.477.389,64	3.008.400,55	3.477.389,64	2.940.714,48
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	2.763.020,96	2.399.268,66	2.763.020,96	2.399.268,66
Dispensa	1.247.305,02	1.424.371,66	1.247.305,02	1.424.371,66
Inexigibilidade	1.515.715,94	974.897,00	1.515.715,94	974.897,00
Regime de Execução Especial	926.297,79	955.913,05	926.297,79	955.913,05
Suprimento de Fundos	926.297,79	955.913,05	926.297,79	955.913,05
Pagamento de Pessoal	2.080.962,79	3.239.891,19	2.080.962,79	3.239.891,19
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	2.080.962,79	3.239.891,19	2.080.962,79	3.239.891,19
Outros				

Fonte: SIAFI



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

**QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS
RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO**

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	9.071.938,57	11.235.589,25	8.461.985,51	10.776.909,70	572.061,79	458.679,55	8.667.456,93	10.709.223,63
3390.14	2.108.722,34	3.239.891,19	2.080.962,79	3.239.981,19	0,00	0,00	2.080.962,79	3.239.981,19
3390.30	1.026.568,14	1.243.260,31	926.001,12	1.232.591,79	100.562,80	10.668,52	1.010.672,30	1.232.591,79
3390.33	483.168,00	548.226,51	482.374,39	530.532,96	0,00	17.693,55	482.374,39	530.532,98
3390.36	735.459,41	649.599,07	735.459,41	649.599,07	0,00	0,00	735.459,41	649.599,07
3390.37	1.338.137,02	1.807.584,84	1.338.137,02	1.807.584,84	0,00	0,00	1.338.137,02	1.739.898,77
3390.39	3.119.297,59	3.095.821,89	2.645.151,13	2.665.504,41	471.498,99	430.317,48	2.770.324,65	2.665.504,41
3390.47	0,00	250,81	0,00	250,81	0,00	0,00	0,00	250,81
3390.92	0,00	99.827,36	0,00	99.827,36	0,00	0,00	0,00	99.827,36
3390.93	244.057,96	541.208,43	238.498,26	541.208,43	0,00	0,00	238.498,26	541.208,43
3391.39	5.500,00	9.918,84	4.373,28	9.918,84	0,00	0,00	0,00	9.918,84
3391.92	11.028,11	0,00	11.028,11	0,00	0,00	0,00	11.028,11	0,00

Fonte: SIAFI



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

**QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS
RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO**

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	736.274,04	50.960,00	623.251,40	0,00	113.022,64	50.960,00	0,00	623.251,40
4490.51		50.960,00	0,00	0,00	0,00	50.960,00	0,00	0,00
4490.52	736.274,04	0,00	623.251,40	0,00	113.022,64	0,00	0,00	623.251,40
5 – Inversões Financeiras								
6 – Amortização da Dívida								

Fonte: SIAFI



Análise crítica

A gestão orçamentária da UJ foi bastante prejudicada em razão do contingenciamento orçamentário e da insuficiência de créditos disponibilizados. O critério adotado para a destinação de créditos orçamentários pela UO a qual estamos subordinados foi o acréscimo de 10% (dez por cento) no montante disponibilizado no exercício de 2009.

Os recursos disponibilizados em 2009 não poderiam ser utilizados como parâmetro para a destinação de recursos em 2010 porque naquela época já não eram suficientes para a adequada manutenção da UJ e dos investimentos necessários.

A UO em momento algum solicitou o planejamento orçamentário da UJ para o exercício de 2010, como também não solicitou para o exercício de 2011, utilizando a mesma sistemática adotada no exercício de 2010 (acréscimo de 10%).

O contingenciamento no exercício prejudicou sobremaneira o andamento de operações policiais e de ações de implementação de melhorias das instalações físicas das unidades no interior do estado. Também ficaram prejudicadas as ações de modernização dos equipamentos da UJ, como por exemplo, a substituição de computadores obsoletos por outros mais modernos, a aquisição de veículos novos para substituir viaturas com custo de manutenção elevado em função da idade e natureza de seu uso.

2.4.3 Indicadores Institucionais

O indicador institucional utilizado para medir o produto, serviço e resultados alcançados pela gestão no exercício de 2010 foi o inquérito policial. O inquérito policial é o produto final do trabalho da Polícia Federal. Toda ação finalística realizada pela UJ com sucesso resultou na instauração de um inquérito policial. A agilidade na sua tramitação reflete a qualidade do trabalho realizado e o perfeito funcionamento do órgão no alcance de seu objetivo.

No exercício de 2010 o índice de produtividade da UJ foi de 75,62% no item de inquéritos relatados, que significa a finalização do processo apuratório e sua remessa ao Ministério Público para que possa oferecer denúncia à Justiça para responsabilização penal do autor do crime apurado.

A UJ também aumentou o índice de inquéritos instaurados em 14,43%. O que significa dizer que no exercício de 2010 houve um acréscimo no número de infrações que foram objeto de investigação para se chegar a autoria de crimes cometidos contra bens, serviços e interesses da União.

E houve uma redução da ordem de 8,51% no número de inquérito em andamento, o que nos permite afirmar que houve uma redução no tempo de conclusão do inquérito policial, se traduzindo numa maior eficiência da UJ.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos no âmbito da UJ.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em
R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	71.743,22		71.743,22	0,00
2008				
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	686.684,43	22.317,56	664.366,87	0,00
2008	793.628,49	45.227,09	686.904,24	0,00
...				
Observações:				

Fonte: SIAFI

4.2 Análise Crítica

A inscrição de dívidas em restos a pagar pela UJ ocorreu em função da não existência de recursos para o pagamento das mesmas, devido à crise econômica mundial. O Governo Federal, ao contingenciar recursos, impossibilitou o pagamento das despesas dentro do exercício

A inscrição de dívidas em restos a pagar tem como consequência a perda de confiança da instituição no que diz respeito ao cumprimento de suas obrigações, pois sempre fica a dúvida se o órgão irá pagar pelos serviços e/ou bens adquiridos dentro do prazo pactuado.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

5. Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 107, de 27/10/2010.

QUADRO A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		296		
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		137		
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença		04		“
1.4.1 Cedidos		04		
1.4.2 Removidos			52	15
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada		01		
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior		04		
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		04		
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo				
2.2.5 Aposentado				
2.3 Funções gratificadas				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		19		
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		04		
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total		473	52	15

Fonte: SIAPE



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

QUADRO A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo		199	142	87	6
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira		195	142	86	6
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença		03		01	
2. Provedimento de cargo em comissão		06	19	02	
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		02		02	
2.3. Funções gratificadas		04	19		

Fonte: SIAPE

QUADRO A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira				01	130	325			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença						04			
2. Provedimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						04			
2.3. Funções gratificadas						19			

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE



5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

QUADRO A.5.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	183	12
1.1 Voluntária	11	11
1.2 Compulsório		
1.3 Invalidez Permanente	1	01
1.4 Outras		
2 Proporcional		
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsório		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		

Fonte: SIAPE

QUADRO A.5.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	107	02
2. Proporcional		

Fonte: SIAPE

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	14	14	14	14	0,00
<input type="checkbox"/> Área Fim	00	00	00	00	0,00
<input type="checkbox"/> Área Meio	14	14	14	14	0,00
Nível Médio	00	00	00	00	0,00
<input type="checkbox"/> Área Fim	00	00	00	00	0,00
<input type="checkbox"/> Área Meio	00	00	00	00	0,00

Fonte: SIAPE



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

5.4 Quadro de custos de recursos humanos

A UJ não realiza pagamento de vencimentos, proventos, pensões alimentícias e bolsa de estudos para estagiários. As despesas com pagamento de pessoal ativo, aposentados, pensionistas e estagiários são pagas pelo órgão central



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

QUADRO A.5.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL NA BAHIA													
UG/Gestão: 200033							CNPJ: 00.394.494/0022-60						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	03/2008-DPF/ILS/BA	08.945.303/0001-99	01.03.08	31.12.10	05	05	00	00	00	00	P
2008	V	O	04/2008-DPF/ILS/BA	00.855.634/0001-26	01.04.08	31.12.10	00	00	12	12	00	00	P
2009	L	O	03/2009-SR/DPF/BA	10.651.081/0001-43	01.04.09	31.03.10	22	22	01	01	00	00	E
2009	V	O	08/2009-SR/DPF/BA	00.251.9730001-01	01.10.09	30.08.10	00	00	25	25	00	00	E
2010	L	E	03/2010-SR/DPF/BA	04.163.678/0001-46	01.04.10	27.09.10	22	22	01	01	00	00	E
2010	V	E	06/2010-SR/DPF/BA	16.328.205/0001-30	01.09.10	25.02.11	00	00	25	25	00	00	A
2010	L	O	07/2010-SR/DPF/BA	08.935.932/0001-38	28.09.10	27.09.11	18	18	01	01	00	00	A

Observação:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SR/DPF/BA



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

QUADRO A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NA BAHIA													
UG/Gestão:200033							CNPJ: 00.394.494/0022-60						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2005	2	O	12/2005-SR/DPF/BA	03.854.631/0001-66	02.01.05	01.01.12	00	00	05	05	00	00	P
2006	4	O	01/2006 –SR/DPF/BA	41.986.662/0001-60	01.02.06	31.01.12	00	00	05	05	02	02	P
2009	1	O	05/2009 – SR/DPF/BA	63.363.725/0001-64	01.06.09	31.05.11	00	00	10	10	00	00	P
2009	3	O	05/2009 – SR/DPF/BA	63.363.725/0001-64	01.06.09	01.06.09	00	00	02	02	00	00	P
2009	1	E	06/2009-SR/DPF/BA	04.374.998/0001-45	20.08.09	19.02.10	00	00	08	08	00	00	E
2010	1	O	01/2010- SR/DPF/BA	00.491.542/0001-04	22.02.10	21.02.11	00	00	08	08	00	00	P
2010	1	O	12/2010-SR/DPF/BA	08.935.932/0001-38	10.12.10	09.12.11	00	00	24	24	00	00	A

Observação:

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SR/DPF/BA



**QUADRO A.5.10 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
03/2008-DPF/ILS/BA	7	05	Delegacia de Polícia Federal em Ilhéus
04/2008-DPF/ILS/BA	8	12	Delegacia de Polícia Federal em Ilhéus
06/2010- SR/DPF/BA	8	09	Sede da SR/DPF/BA
06/2010- SR/DPF/BA	8	04	Delegacia de Policia Federal em Juazeiro
06/2010- SR/DPF/BA	8	08	Delegacia de Policia Federal em Porto Seguro
06/2010- SR/DPF/BA	8	02	Delegacia de Policia Federal em Vitória da Conquista
07/2010- SR/DPF/BA	7	13	Sede da SR/DPF/BA
07/2010- SR/DPF/BA	7	02	Delegacia de Policia Federal em Porto Seguro
07/2010- SR/DPF/BA	7	02	Delegacia de Policia Federal em Juazeiro
07/2010- SR/DPF/BA	7	03	Delegacia de Policia Federal em Vitória da Conquista
12/2005-SR/DPF/BA	2	04	Sede da SR/DPF/BA
01/2006 –SR/DPF/BA	4	05	Sede da SR/DPF/BA
01/2006 –SR/DPF/BA	4	01	Delegacia de Policia Federal em Porto Seguro
01/2006 –SR/DPF/BA	4	01	Delegacia de Policia Federal em Juazeiro
05/2009 – SR/DPF/BA	1	08	Sede da SR/DPF/BA
05/2009 – SR/DPF/BA	3	02	Sede da SR/DPF/BA
05/2009 – SR/DPF/BA	2	01	Sede da SR/DPF/BA
05/2009 – SR/DPF/BA	1	01	Delegacia de Policia Federal em Porto Seguro
05/2009 – SR/DPF/BA	1	01	Delegacia de Policia Federal em Juazeiro
01/2010-SR/DPF/BA	1	07	Sede da SR/DPF/BA
01/2010-SR/DPF/BA	1	01	Delegacia de Policia Federal em Porto Seguro

LEGENDA
Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;	5. Serviços de Brigada de Incêndio;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;	6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
3. Serviços de Copa e Cozinha;	7. Higiene e Limpeza;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;	8. Vigilância Ostensiva;
	9. Outras.

Fonte: SR/DPF/BA



5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A UJ não é responsável pela área de recursos humanos. Os indicadores para gerenciamento para a área de pessoal são desenvolvidos e utilizados pela Diretoria de Gestão de Pessoal – DGP/DPF, órgão central de recursos humanos



7. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

7.1 Estrutura de controles internos da UJ

A UJ não possui órgão de controle interno. Já está previsto a criação, no âmbito da UJ, de um Núcleo de Controle Interno, para assessorar o Gestor nos atos e fatos de gestão, verificando a legalidade, admissibilidade, razoabilidade e possibilidade dos mesmos.



8. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	x				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	x				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	x				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	x				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	x				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel A4					x
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	x				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	x				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			x		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			x		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	x				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	x				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	x				
<i>Considerações Gerais: Questos respondidos individualmente.</i>					



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<u>LEGENDA</u>					
<i>Níveis de Avaliação:</i>					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					



9. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº107, DE 27/10/2010.

9.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	BAHIA	02	02
	Salvador	01	01
	Ilhéus	01	01
Subtotal Brasil		02	02
EXTERIOR	xxx	00	00
	Subtotal Exterior	00	00
Total (Brasil + Exterior)		02	02

Fonte: SR/DPF/BA

QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	BAHIA	03	03
	Juazeiro	01	01
	Porto Seguro	01	01
	Vitória da Conquista	01	01
Subtotal Brasil		03	03
EXTERIOR	PAÍS 1	00	00
Total (Brasil + Exterior)		03	03

Fonte: SR/DPF/BA



QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200033	3849.00470.500-9	15	5	2.940.718,08	25/10/2000	5.637.170,53	69.284,53	193.800,00
200033	3573.00169.500-6	15	5	84.500,00	25/10/2000	419.485,83	0,00	0,00
Total							69.284,53	193.800,00

Análise crítica:

Os imóveis sob responsabilidade da UJ necessitam de reformas em razão da idade dos mesmos e de necessidades de adaptações para se adequar à estrutura organizacional do DPF, alterada em 24/11/2009, através da Portaria 3.691 – MJ, publicada no DOU n.º 7 255, de 26/11/2009, Seção 1. As reformas não foram implementadas por dois motivos. O primeiro foi o fracasso do processo licitatório realizado para contratação de projeto de recuperação estrutural do edifício sede da SR/BA (RIP **3849.00470.500-9**) e o segundo a falta de recursos para contratação da reforma do imóvel da Delegacia de Polícia Federal em Ilhéus (RIP **3573.00169.500-6**).



10. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/10/2010.

10.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					x
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					x
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				x	
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	04 Servidores 05 Terceirizados				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	x				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					x
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			x		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	x				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	x				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			x		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	55%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					x
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			x		
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				x	
Considerações Gerais: Respondido individualmente.					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					



12. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 107, DE 27/10/2010.

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Bahia					1141
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
O r d e m	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	015.963/2009-0	1434/2010-SEGUNDA CÂMARA	1.4	DE	Ofício n.º 336/2010-TCU/SECEX/SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Bahia					1141
Descrição da Deliberação:					
1.4.1.1 – Regularizar o espaço físico cedido ao Banco do Brasil para instalação e exploração de um posto bancário, mediante a formalização do competente Termo de Cessão de Uso do espaço físico, caso ainda não o tenha feito. 1.4.1.2 – Proceder a continuidade dos trabalhos relativos à regularização dos processos de cessão dos espaços ocupados pelas associações de servidores, ANSEF e ANASA, adotando providências, junto à Caixa Econômica Federal ou à Gerência Regional do Patrimônio da União na Bahia – GRPU/BA, para obter a avaliação do valor de mercado dos imóveis, a fim de que se possa calcular o valor a ser cobrado daquelas entidades a título de aluguel e rateio das despesas com manutenção, conservação e vigilância predial, caso ainda não o tenha feito.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Sector de Administração e Logística Policial – SELOG/SR/DPF/BA					22602
Síntese da providência adotada:					
a) Foi providenciada a avaliação dos espaços ocupados com emissão dos respectivos laudos; b) Laudos homologados pela Gerência Regional do Patrimônio da União na Bahia – GRPU/BA; c) Aberto os Processos n.º 08255.073825/2010-43 (ANSEF), 08255.073826/2010-98-SR/DPF/BA (ANASA) e 08255.002063/2011-81 (BANCO DO BRASIL), com minuta de contratos de cessão de uso a título oneroso; d) Os processos foram submetidos à Consultoria Jurídica da União na Bahia – CJU/AGU/BA e aprovados;					
Síntese dos resultados obtidos					
Contratos preparados para assinatura e publicação.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A Gerência do Patrimônio da União na Bahia informou que, em razão do seu pequeno efetivo e do número de imóveis próprios da União para fiscalizar, não tinha condições de realizar a avaliação com a urgência que o caso requeria. Assim foi decidido pela contratação de empresa especializada, que, em razão da carência de recursos demorou a ser efetivada.					



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

12.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício de 2010.

12.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Não houve recomendações do OCI no exercício de 2010.

Roland Pacheco Dos Santos Junior
Chefe do SELOG/SR/DPF/BA
Papiloscopista Policial Federal
Classe Especial – Mat. 2.804

José Maria Fonseca
Superintendente Regional
Delegado de Polícia Federal
Classe Especial – Mat. 2.426.829



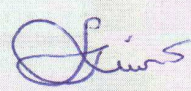
B. PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

QUADRO B.1.2 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

C
FL
RU

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação Completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DA BA - SR/DPF/BA	200346 - 200347
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; - o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e - a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 09/03/2011
Contador Responsável:	
GLADSTON GUIMARÃES NAVES 	CRC nº DF-12534/O-8



ACÓRDÃO Nº 1434/2010 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea “a”; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis Helbio Afonso Dias Leite (198.860.476-15); Iracema Gonçalves de Alencar (557.668.465-68); Raimundo Nonato Rolim Esmeraldo (083.753.804-15); e José Carlos Araujo Moura (108.932.535-53); dando-lhes quitação, sem prejuízo de fazer as determinações sugeridas, e nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea “a”; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução 155/2002, julgar regulares as contas dos demais responsáveis relacionados no item 1.1, dando-lhes quitação plena, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.963/2009-0 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2008)

1.1. Responsáveis: Alessandro Carvalho Liberato de Mattos (650.092.665-04); Antonio Cesar Fernandes Nunes (029.892.392-00); Helbio Afonso Dias Leite (198.860.476-15); Iracema Gonçalves de Alencar (557.668.465-68); Joilson Ribeiro Alves (357.629.347-72); José Carlos Araujo Moura (108.932.535-53); Raimundo Nonato Rolim Esmeraldo (083.753.804-15).

1.2. Entidade: Departamento de Polícia Federal – Superintendência Regional na Bahia.

1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

1.4. Determinações:

1.4.1. determinar à DPF – Superintendência Regional/BA - MJ que:

1.4.1.1. regularize o espaço físico cedido ao Banco do Brasil, para instalação e exploração de um posto bancário, mediante a formalização do competente Termo de Cessão de Uso do espaço físico, caso ainda não o tenha feito;

1.4.1.2. proceda à continuidade dos trabalhos relativos à regularização dos processos de cessão dos espaços ocupados pelas associações de servidores, ANSEF e ANASA, adotando providências, junto à Caixa Econômica Federal ou à Gerência Regional do Patrimônio da União na Bahia – GRPU/BA, para obter a avaliação do valor de mercado dos imóveis, a fim de que se possa calcular o valor a ser cobrado daquelas entidades a título de aluguel e rateio das despesas com manutenção, conservação e vigilância predial, caso ainda não o tenha feito;

1.4.1.3. apresente a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, comprovação do atendimento às determinações precedentes;

1.4.2. alertar o órgão quanto às seguintes impropriedades constatadas:

1.4.2.1. descumprimento da normatização quanto à utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal, ante o caráter de eventualidade nas despesas, adotando, se for o caso, a modalidade licitatória adequada à situação que se afigure;

1.4.2.2. descumprimento do parágrafo 6º, do art. 2º, inciso II, do Decreto 6.370/2008, quanto à observância aos limites de saque e as contratações cujos valores não guardem correlação com o preço praticado no mercado para execução do serviço, adotando os Princípios da Transparência e da Eficiência;

1.4.2.3. descumprimento do disposto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal e no art. 78, parágrafo único da Lei 8.666/93, no tocante à rescisão, unilateral, do contrato administrativo 17/2007, celebrado com a empresa Diagonal Construtora Ltda. em 26/11/2007;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Excerto da Relação 10/2010 - TCU - 2ª Câmara
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

1.4.2.4. descumprimento dos normativos legais que disciplinam a organização, formalização e prazos de apresentação do processo de contas anual, atentando para a possibilidade de solicitar ao TCU, mediante solicitação fundamentada, a prorrogação do prazo para apresentação do processo.

Dados da Sessão:

Ata nº 10/2010 - 2ª Câmara

Data: 6/4/2010 - Extraordinária

Relator: Ministro AROLDO CEDRAZ

Presidente: Ministro BENJAMIN ZYMLER

Representante do Ministério Público: Procuradora CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

TCU, em 6 de abril de 2010.

Documento eletrônico gerado automaticamente pelo Sistema SAGAS